



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 9 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 30 de março de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO Organizadores da Rio+20 querem feriado no evento 1 VEICULAÇÃO NACIONAL	1
FOLHA DE SÃO PAULO Dilma pede a Mantega plano mais 'ousado' para indústria 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	2
O GLOBO Governo congela nomeação de servidor 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	3
O GLOBO Fundo dos servidores beneficiará todos 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	5
ZERO HORA Dilma confirma ações de incentivo 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	6
VALOR Críticas à política fiscal brasileira 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	7
BRASIL ECONÔMICO-SP Pimentel diz que só juros não freiam preços 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	9
DIÁRIO GAÚCHO Dilma confirma ações de incentivo para estimular economia no Brasil 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	10
BRASIL.GOV.BR Zona Franca de Manaus inicia ano com recorde de empregos para janeiro 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	11

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Organizadores da Rio+20 querem feriado no evento		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Comitê Nacional de Organização da Rio+20 vai formalizar um pedido à prefeitura carioca para que seja decretado feriado "pelo menos" nos três dias reservados para reuniões intergovernamentais na conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável, em junho. Até ontem, 84 embaixadas haviam solicitado hospedagem para chefes de Estado ou de governo e suas delegações durante a Rio+20.

O pedido é uma consulta inicial, não se trata ainda de confirmação da participação dos países, mas o Brasil mantém a expectativa de receber pelo menos cem chefes de Estado.

"A ONU tem um cadastro dos pedidos de inscrição para falar durante a conferência, que já chega a mais de cem chefes de Estado ou de governo, o que é outro bom indicativo do interesse, embora não saibamos ainda quantos efetivamente virão", disse o ministro Laudemar Aguiar, responsável pelo comitê.


Como anfitrião da Rio+20, o Brasil não pode revelar os países que fizeram pedidos de reserva de quartos de hotel ou indicaram interesse de falar na conferência, disse o ministro. "Não é uma questão de sigilo, mas de "timing". A conferência não é do Brasil, é da ONU", argumentou.

O ministro não quis comentar a decisão do Ministério da Justiça de abrir uma investigação para apurar denúncias de que hotéis do Rio estariam segurando quartos para cobrar mais caro em reservas próximas à realização da Rio+20.

Segundo ele, já estão bloqueados 10 mil quartos (50% do total disponível) para as comitivas de chefes de Estado e de governo em hotéis de 4 e 5 estrelas. "Nenhuma cidade do mundo consegue estar permanentemente preparada para receber um evento dessa dimensão. O Rio, como qualquer outra, não teria como ter todas as pessoas, credenciadas ou não, em hotéis. É normal que se busquem hospedagens alternativas."

O comitê estima que cerca de 50 mil pessoas se credenciem para participar da Rio+20, de 13 a 22 de junho. "Nesses dias, o Brasil vai ser o umbigo do mundo, especialmente o Rio", disse o ministro. Ele anunciou que mil jovens serão recrutados em comunidades pobres do Rio para receber treinamento e atuar como voluntários na conferência. Depois serão cadastrados para trabalhar na Copa de 2014 e na Olimpíada de 2016.

FELIPE WERNECK E KARINA NINNI, COM AGÊNCIAS

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma pede a Mantega plano mais 'ousado' para indústria		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Presidente disse que deseja evitar um crescimento "mediocre" neste ano

Planalto confirma que vai anunciar na terça um pacote de medidas de estímulo a diversos setores industriais

A presidente Dilma Rousseff determinou ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, um plano mais "ousado" para estimular a indústria. Segundo relatos, ela disse que seu objetivo é evitar um crescimento "mediocre" em 2012.

O governo anunciará na terça um pacote de medidas a uma plateia de empresários, com redução de juros de empréstimos do **BNDES** e desoneração da folha de pagamento de vários setores.

Em viagem à Índia, Dilma confirmou ontem o lançamento das medidas e afirmou que elas têm "o objetivo de assegurar, através de questões tributárias e financeiras, maior capacidade de investimento para o setor privado".

A meta, segundo ela, é ampliar dos atuais 19% para 24% do **PIB** a taxa de investimento no Brasil. Como o **PIB** (medida de tudo o que o país produz de bens e serviços em um ano) é de cerca de US\$ 2,5 trilhões, o programa a ser anunciado significaria um esforço para os setores público e privado investirem algo em torno de US\$ 150 bilhões (R\$ 273 bilhões) nos próximos anos.

A própria equipe econômica e o empresariado consideram ambiciosa essa marca, que deveria ser atingida até o final do governo Dilma.

Além de desonerações, o pacote trará ações de incentivo à indústria por meio das chamadas compras governamentais. Um decreto trará as áreas em que o governo poderá pagar a mais se o produto for nacional e de inovação

tecnológica. A lei permite esse tipo de estímulo, desde que não ultrapasse o teto de 25%.

Outra iniciativa será a instalação de 19 "conselhos de competitividade", um fórum de representantes dos setores industriais onde serão debatidas medidas para torná-los mais eficientes.


Dilma evitou detalhar as medidas e prometeu fazer o possível para reduzir a carga tributária em seu mandato.

Sobre a reforma tributária, Dilma quer uma discussão "calma, tranquila e realista", enquanto toma "medidas pontuais que, no conjunto, permitem que se crie uma desoneração maior, fundamental para o país crescer".

Quanto a aumentar a taxa de investimentos, é algo mais urgente, mas potencialmente tão complicado quanto a reforma tributária, pelo menos da maneira como a presidente diz querer atuar.

Primeiro, promete "um esforço grande para aumentar a taxa de investimento" para "equilibrá-la com o consumo". Em relação aos gastos públicos, destacou que terão de subir em alguns setores, sobretudo saúde e educação.

Parte do esforço para aumentar o investimento já está em curso, mas só como mudança na forma de rotular o gasto. Dilma diz que o gasto em construção civil (Minha Casa, Minha Vida) era até há pouco rotulado como despesa de custeio. Ela anunciou que, além dos 2 milhões de moradias já prometidas, "talvez cheguemos a acrescentar mais 400 mil".

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo congela nomeação de servidor		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Com a aprovação do novo Regime de Previdência Complementar do Servidor Público, o governo manterá suspensas por mais alguns meses a nomeação e a posse de novos funcionários. A ideia é que eles ingressem no serviço público dentro do sistema que iguala o teto de aposentadoria com o do INSS.

Governo paralisa nomeação de servidores

Contratações de concursados ficam suspensas até que entre em vigor novo regime de aposentadoria que iguala teto com o do INSS

Geralda Doca

Ailton de Freitas

BRASÍLIA. O governo reafirmou a decisão de manter suspensas por mais alguns meses as nomeações e posses de novos funcionários selecionados em concurso, para que eles ingressem no serviço público já dentro do novo Regime de Previdência Complementar do Servidor Público, aprovado anteontem pelo Congresso. O governo quer que pelo menos o Fundo de Previdência Complementar do Poder Executivo (Funpresp-Exe) esteja em vigor até o fim de maio. De acordo com o **Ministério** do Planejamento, ainda estão pendentes de nomeação 1.469 vagas, de concursos homologados e ainda vigentes.

Além da suspensão de nomeações de concursados, outra polêmica pode rondar a criação do Funpresp: a equipe econômica recomenda à presidente Dilma Rousseff o veto ao artigo que garante uma espécie de subfundo para bancar as aposentadorias especiais de mulheres, policiais e professores. A criação deste subfundo foi uma das condições exigidas pelo PT para a votação do Funpresp.

Sobre a pressa do governo em ter logo o novo sistema vigorando, a presidente Dilma Rousseff, como

antecipou ontem o GLOBO, quer gastar cerca de 30 dias e não os 180 previstos para que a **Superintendência** Nacional de Previdência Complementar (Previc) autorize o funcionamento dos fundos. O Orçamento da União deste ano prevê o preenchimento de até 57.260 vagas nos três Poderes, sendo 54 mil apenas no Executivo. Mas o próprio Planejamento lembra que isso é apenas um indicativo.

Novo regime melhora resultados da Previdência

Segundo afirmou ontem o ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, há consenso entre os **Ministérios** da Previdência, da Fazenda e do Planejamento de só fazer nomeações de novos servidores quando o novo regime de aposentadoria estiver instituído:

- O que se espera agora é que não ocorram contratações e posses de servidores sem o novo regime. Caso contrário, isso seria uma contradição exemplar da nossa parte.

A equipe econômica comemorou a aprovação do novo regime de previdência do servidor público. Com ele, os novos servidores públicos, assim como os funcionários de empresas privadas, terão que contribuir para um fundo complementar se quiserem ter uma aposentadoria acima do teto do INSS, hoje fixado em R\$ 3,9 mil.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que o novo regime representa um grande passo na consolidação das contas públicas do país:

- Com isso (novo regime), nós estaremos resolvendo esse problema (do impacto do setor público no déficit previdenciário) e dando mais solidez ao fundo de previdência dos funcionários. É um grande passo fiscal na consolidação das contas públicas brasileiras.

Já o secretário do Tesouro, Arno Augustin, afirmou que, embora não tenha efeito sobre o desempenho fiscal do governo no curto prazo, o novo regime melhora o

resultado da Previdência Social e ajuda no cumprimento das metas de superávit primário no futuro:

- Ele é muito **importante** para o equilíbrio das contas públicas no longo prazo.

Segundo o secretário de Políticas de Previdência Complementar (SPC), Jaime Mariz, o governo tem pressa em criar os fundos para passar um bom sinal aos **mercados** sobre as contas públicas.

- Só com a sanção da presidente, teremos já no curto prazo os efeitos benéficos (da proposta). No médio e longo prazo, será um ingrediente valioso no controle das contas públicas - disse Mariz.

Colaborou Martha Beck

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Fundo dos servidores beneficiará todos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Os servidores que ingressarem no serviço público quando as novas regras para aposentadoria no setor entrarem em vigor, o que deve ocorrer em breve, passarão a depender mais de si próprios do que da solvência financeira do Estado para garantir, na inatividade, um benefício em patamares próximos aos seus vencimentos na ativa.

É uma grande diferença em relação ao regime de previdência ainda vigente, pois as novas regras vão equiparar os futuros servidores aos contribuintes do regime geral (INSS), substituindo-se, assim, um privilégio de custo muito elevado por um sistema que trará vantagens a todos.

O pagamento de benefícios e pensões tendo como base vencimentos integrais durante o trabalho ativo, somado à estabilidade no emprego, foi um dos grandes atrativos para ingresso no serviço público. No entanto, com o gradual aumento da expectativa de vida dos brasileiros, o déficit previdenciário do regime próprio dos servidores assumiu proporção intolerável para o conjunto da sociedade, além de financeiramente insustentável ao longo do tempo. Enquanto o déficit do regime geral, concentrado nas aposentadorias rurais, se situou abaixo de R\$ 40 bilhões em 2011, o dos servidores federais aproximou-se de R\$ 60 bilhões. O primeiro envolve 28 milhões de pessoas; o segundo, menos de um milhão.


A solução para o déficit da previdência é fundamental para o equilíbrio das finanças públicas a médio e longo prazos. Se a tendência de equilíbrio ficar evidente no horizonte, já no curto prazo será possível colher frutos macroeconômicos, pois as condições de financiamento da dívida pública vão melhorar significativamente. Haverá espaço para uma queda não artificial das taxas de juros, e o

setor público não ficará mais amarrado na armadilha da carga tributária extorsiva, que tira competitividade da **produção**.

O regime próprio dos servidores federais ainda conviverá com déficits muito elevados por algumas décadas, mas com uma projeção de considerável redução dentro de 20 a 25 anos, chegando ao equilíbrio em 40 anos, de acordo com estimativas oficiais. Mas as expectativas sobre o equilíbrio fiscal futuro do país mudarão logo, e para melhor, é claro.

Não haverá alteração de regras para os servidores cujos vencimentos corresponderem até o teto dos benefícios do regime geral (atualmente da ordem de R\$ 3.900,00). A contribuição de 11% será mantida. Para os que ganharem acima desse valor, e, se assim o desejarem, serão criados fundos de previdência complementar, para os quais contribuirão com um percentual de 7,5%, tendo como contrapartida 8,5% a cargo do Tesouro, mais do que dobrando a poupança que será feita em favor de cada servidor. A contribuição do Tesouro significará um encargo financeiro adicional aos cofres públicos no curto prazo, mas que logo se reverterá em benefício para todo o país, pois a previdência complementar dos servidores será mais um mecanismo de poupança, capaz de financiar investimentos rentáveis.

Desmontada essa bomba-relógio que ameaçava as finanças públicas, o **Brasil** terá de buscar uma solução mais duradoura também para o déficit do regime geral (INSS). Entre as medidas cogitadas estão mudanças que considerem, no cálculo de pensão por morte, a idade e o tempo de contribuição do segurado, assim como uma idade mínima para se requerer a aposentadoria.

	VEÍCULO ZERO HORA	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma confirma ações de incentivo		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

CADA VEZ MAIOR Na Índia, presidente admite que precisa baixar impostos, mas aos poucos Em viagem à Índia, a presidente Dilma Rousseff confirmou ontem que anunciará na próxima semana um conjunto de medidas para estimular a economia, em especial a indústria. O pacote inclui redução de imposto sobre folha de pagamento, mudança no regime automotivo, sobretaxa de produtos importados e redução de juro.

Marcado para terça-feira, o anúncio no Palácio do Planalto está sendo precedido por uma série de reuniões do ministro da Fazenda, Guido Mantega, com representantes de diversos segmentos para negociar as medidas.


Tenho consciência de que o Brasil precisa reduzir a carga tributária. Farei o que for possível para reduzi-la. Tomamos medidas pontuais para que a desoneração seja possível disse a presidente em Nova Délhi, onde participa da reunião do Brics, grupo integrado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Para impulsionar o crescimento, a presidente reiterou a necessidade de aumentar os investimentos do governo e os privados. Com os sócios do Brics, combinou estudar a criação de um banco de investimento.

Acompanhando Dilma, o ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel, detalhou que será concedido às montadoras desconto no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em troca de investimentos. O abatimento será gradual, seguindo uma tabela de pontos desenvolvida pelo governo, e pode abater o imposto em sua totalidade (confira as medidas no quadro ao lado).

Para o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, as medidas negociadas até agora são restritas a alguns setores. Mas diz que, ao menos, mostram que o governo está preocupado com a desindustrialização no país.

Na avaliação de José Antônio Fernandes Martins, do conselho de administração da Marcopolo, a redução do tributo sobre a folha ajudará a competir com os chineses. Luiz Aubert Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), disse que a medida ajudará a indústria, mas não resolve a situação por completo: O grande problema é o câmbio. Se não se pode mexer, que venham medidas fortes de defesa comercial.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Críticas à política fiscal brasileira		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A economista e ex-diretora do FMI Teresa Ter-Minassian, contratada pelo Ministério da Fazenda por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento para elaborar estudo com as melhores formas para o rateio de recursos do Fundo de Participação dos Estados, criticou ontem a política fiscal brasileira. Cética sobre o cumprimento da meta de déficit nominal zero até 2014, ela disse que as estatísticas não refletem plenamente a situação fiscal do país

Ex-FMI questiona qualidade da política fiscal do Brasil

Por Alex Ribeiro | De Washington

A economista Teresa Ter-Minassian, ex-chefe da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) que negociou um pacote de socorro ao Brasil nos anos 1990, criticou ontem a política fiscal do governo Dilma Rousseff. Ela se disse cética sobre o cumprimento da meta de déficit nominal zero até 2014, levantou dúvidas sobre a qualidade das estatísticas fiscais e apontou o "mix" de política monetária e fiscal como um dos fatores por trás da perda de competitividade da indústria.

Os comentários foram feitos em um seminário sobre política industrial do Brazil Institute do Wilson Center, um centro de estudos de Washington, que tinha como um dos palestrantes o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Mauro Borges Lemos. Na sessão de perguntas e respostas, Ter-Minassian disse, da plateia, que achava positivo que, ao menos, o governo brasileiro tenha uma meta de zerar o déficit. "Mas, francamente, não acredito que isso vai acontecer."

Lemos, bastante irritado, interrompeu Ter-Minassian quando ela sugeriu que as estatísticas não refletem na plenitude a situação fiscal brasileira. "Isso não é verdade, você tem que provar o que está dizendo", disse. "Nossos números são verdadeiros, não estamos manipulando as estatísticas." Em seguida, Ter-Minassian explicou que estava se referindo aos empréstimos feitos pelo Tesouro Nacional ao BNDES, que, segundo ela, são "feitos abaixo da linha". Esse é um jargão que significa que as operações não integram as estatísticas de déficit nominal.

Um texto técnico do FMI publicado anteontem, com o sugestivo nome de "Dispositivos contábeis e ilusões fiscais", toca no mesmo tema. "No Brasil, o BNDES é usado para desempenhar importantes funções fiscais com capital provido pelo governo, mas as transações são tratadas abaixo da linha", afirma o texto de Timothy Irwin, que não reflete necessariamente a posição do FMI e faz críticas à contabilidade fiscal de outros países.

Ter-Minassian, ex-diretora do Departamento Fiscal do FMI, continua acompanhando o setor público no Brasil. Ela foi contratada recentemente pelo próprio Ministério da Fazenda, por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para elaborar um estudo apontando as melhores soluções para fazer o rateio de recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Lemos é um dos responsáveis pelo plano de política industrial do governo, conhecido como "Brasil Maior". Na próxima semana, serão anunciadas novas medidas, numa tentativa de reverter o que, para muitos, é um processo de desindustrialização do Brasil. A participação da indústria no PIB chegou a 14,6% em 2011, bem abaixo dos 27,2% observado em 1985.

O presidente da ABDI disse que a perda da competitividade da indústria preocupa, mas ele ponderou que o problema brasileiro é menos de "nível de industrialização" do que de "tendência de desindustrialização". A participação da indústria no PIB e nas exportações não caiu tanto quanto as estatísticas, à primeira vista, sugerem. Mas, seguiu adiante, a fatia da indústria no PIB é muito menor do que em países asiáticos. E há uma tendência de aumento no conteúdo importado na produção industrial.

Para Lemos, é normal que a indústria passe a representar uma proporção menor do PIB à medida em que a economia cresce. O processo de desenvolvimento, disse, leva ao aumento do preço de produtos não transacionáveis, como os serviços, em relação aos transacionáveis. Cortes de cabelo, por exemplo, ficam mais caros quando comparados a produtos eletrônicos. Segundo ele, fazendo ajustes para refletir essa mudança de preços relativos, a indústria mantém praticamente estável a sua participação no PIB. Ele também

ponderou que os produtos industriais mantêm a sua participação nas **exportações** do país, se o números são ajustados para refletir o aumento dos preços de "commodities" ocorrido nos últimos anos.

Anteontem, Lemos manteve reuniões com funcionários da Casa Branca e do Banco Mundial. O governo Barack Obama tem uma política de fortalecer a indústria como motor da economia. Mas, nos Estados Unidos, a expressão "política industrial" está "fora de moda" e é evitada a todo custo, disse Lemos ao Valor. Obama, por exemplo, tem um assessor para "política manufatureira", e não "política industrial".

Também no debate, o economista John Williamson, que cunhou a expressão "Consenso de Washington" para designar as políticas prescritas pelos organismos multilaterais sediados na cidade na década de 1990, disse que algumas das medidas incluídas no plano "Brasil Maior" são protecionistas. "Isso não ajuda no aumento da produtividade", afirmou. Ele disse que o **desenvolvimento** do país leva a uma queda relativa da indústria, mas ele ponderou que há o problema de perda de competitividade causado pelo câmbio. Uma política fiscal mais apertada, disse, permitiria baixar os juros, levando à desvalorização do real.




VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
TÍTULO PIM ental diz que só juros não freiam preços		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio**, Fernando **PIM**ental, disse que as medidas macroprudenciais adotadas pelo Banco Central (BC) para restringir o crédito têm muito mais efeito para conter a inflação que as taxas de juros. "Nos anos recentes, os juros já não são tão significativos para conter aumento de preços", disse o ministro depois de participar da Cúpula do Brics, grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, e que está reunido em Nova

Delhi. "O Banco Central mostrou que as medidas macroprudenciais, que são, basicamente para reduzir o crédito, têm muito mais efeitos sobre a economia do que a simples alteração das taxas de juros.

Aumentar juros pertence a um arsenal de medidas que ficou no passado", disse. Para ele, o risco de inflação não é tão premente como já foi em outros momentos.

	VEÍCULO DIÁRIO GAÚCHO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma confirma ações de incentivo para estimular economia no Brasil		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Na Índia, presidente admite que precisa baixar impostos, mas aos poucos

Em viagem à Índia, a presidente Dilma Rousseff confirmou na quinta-feira que anunciará na próxima semana um conjunto de medidas para estimular a economia, em especial a indústria.

O pacote inclui redução de imposto sobre folha de pagamento, mudança no regime automotivo, sobretaxa de produtos importados e redução de juro.

Marcado para terça-feira, o anúncio no Palácio do Planalto está sendo precedido por uma série de reuniões do ministro da Fazenda, Guido Mantega, com representantes de diversos segmentos para negociar as medidas.

Tenho consciência de que o Brasil precisa reduzir a carga tributária. Farei o que for possível para reduzi-la. Tomamos medidas pontuais para que a desoneração seja possível disse a presidente em Nova Délhi, onde participa da reunião do Brics, grupo integrado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.


Para impulsionar o crescimento, a presidente reiterou a necessidade de aumentar os investimentos do governo e os privados. Com os sócios do Brics, combinou estudar a criação de um banco de investimento.

Acompanhando Dilma, o ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel, detalhou que será concedido às montadoras desconto no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em troca de investimentos. O abatimento será gradual, seguindo uma tabela de pontos desenvolvida pelo governo, e pode abater o imposto em sua totalidade.

Para o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, as medidas negociadas até agora são restritas a alguns setores. Mas diz que, ao menos, mostram que o governo está preocupado com a desindustrialização no país.

Na avaliação de José Antônio Fernandes Martins, do conselho de administração da Marcopolo, a redução do tributo sobre a folha ajudará a competir com os chineses.

Luiz Aubert Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), disse que a medida ajudará a indústria, mas não resolve a situação por completo: O grande problema é o câmbio. Se não se pode mexer, que venham medidas fortes de defesa comercial.

	VEÍCULO BRASIL.GOV.BR	EDITORIA	
	TÍTULO Zona Franca de Manaus inicia ano com recorde de empregos para janeiro		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O primeiro mês de 2012 apresentou resultados significativos para as empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM). A mão de obra empregada pelas empresas do PIM em janeiro chegou a 119.170 pessoas, recorde para o período. O número superou em 8.133 o total de empregados em relação ao mês de janeiro de 2011, quando 111.037 pessoas, entre mão de obra efetiva, temporária e terceirizada, estavam empregadas.

Apesar das incertezas do cenário econômico internacional, o faturamento registrado em janeiro alcançou US\$ 2.7 bilhões (R\$ 4,9 bilhões), o segundo melhor da história para o período, inferior apenas 2,51% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foi registrado recorde de US\$ 2.8 bilhões (R\$ 4,7 bilhões).

O polo eletroeletrônico faturou, em janeiro de 2012, US\$ 1.109 bilhão e apresentou crescimento percentual de faturamento de 12,20% na comparação com o mesmo mês do ano passado (US\$ 988.947 milhões), continuando a ser o mais representativo do PIM. Outro setor que apresentou resultado positivo foi o de vestuário e calçados, que cresceu 141,92% entre 2011 e 2012, US\$ 2.656 milhões em janeiro de 2012 e US\$ 1.097 milhão em janeiro de 2011.

Os setores de editorial e gráfico e de papel e papelão também apresentaram bons resultados para o mesmo período, com crescimento, respectivamente, de 18,23% e 6,88%.

Mão de obra

Mais uma vez, os setores que mais contribuíram para o bom resultado foi o de eletroeletrônicos, com média mensal de 50.481 do total de empregos gerados, e o setor de duas rodas, com 21.677. Ambos os setores superaram os números de 2011 (50.034 e 21.122, respectivamente) e representam quase 60% do total de empregos do PIM.

Para o Superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, estes números comprovam que

os bons resultados obtidos pelas empresas do polo ao longo de 2011 tendem a permanecer. “Isso se reflete pela diferença de empregos entre os meses de janeiro deste ano e do ano passado”, ressaltou.

“As demissões ocorridas no primeiro mês de 2012 são normais para este período do ano e se devem, principalmente, a uma sazonalidade comum ao PIM. Ainda assim, a Suframa está acompanhando atentamente o que ocorre no PIM e constantemente estuda medidas para fortalecer os segmentos do polo, em especial aqueles que apresentarem maior necessidade”, completou Nogueira.

Telejogo apresenta crescimento expressivo

Dentre os produtos que tiveram maior índice de aumento da produção, o telejogo foi o destaque. Impulsionado pela fabricação do console Xbox, da Microsoft, pela empresa Flextronics, o crescimento registrado foi superior a 560% em relação ao mesmo período do ano passado. Foram 16.299 unidades de telejogos produzidas em janeiro deste ano contra 2.467 no mesmo mês de 2011.

Os televisores com tela de plasma também tiveram forte aumento na produção, com acréscimo de 101,36% na relação com o ano passado (26.858 em 2012 contra 13.338 em 2011). Televisores com tela LCD também tiveram excelentes resultados. A produção no primeiro mês do ano chegou a 863.203, superando em 70,52% os números apurados em 2011 (506.230).

Fonte:

Suframa